

PORTARIA Nº 078, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas, e Considerando as disposições do § 3º do art. 165 da Constituição Federal; as disposições do § 6º do art. 204 da Constituição Estadual; as disposições estabelecidas nos artigos 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; da Resolução nº 17.659, de 10 de março de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; e da Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020 que aprova a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

RESOLVE:

Art. 1º. Divulgar a Execução Orçamentária do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 6º bimestre de 2021 (novembro/dezembro), período de referência janeiro a dezembro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

NOTAS EXPLICATIVAS

Os demonstrativos, anexos 1 a 4, 6 a 8, 12 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 375, de 8 de julho de 2020, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária, tabelas 1 a 4 são divulgados conforme disposto nos Decretos Legislativos Estadual nº 02 e 112, de 20 de março de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente e Decreto Estadual nº 658, de 01 de abril de 2020, e também o compromisso do Governo do Estado em dar transparência das contas públicas aos órgãos de controle e a sociedade.

O Balanço Orçamentário e as Demonstrações da Execução Orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Estadual.

Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias, de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 9.160, de 06 de janeiro de 2021, acrescida dos créditos adicionais abertos e/ou reabertos até o mês de dezembro de 2021. Esta composição está assim estruturada:

- Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências intragovernamentais para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
Fundos Especiais;
Entidades da Administração Indireta, tais como:
Fundações;
Autarquias;
Empresas Públicas dependentes; e
Sociedades de Economia Mista dependentes.

Considera-se como execução orçamentária da receita, a ocorrência do estágio da arrecadação, sendo utilizado o regime de caixa.

Considera-se, durante o exercício, somente as despesas liquidadas como executadas, ou seja, até a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Portanto, ao final do exercício, passam a ser consideradas as despesas empenhadas.

Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intraorçamentárias, às quais se referem o manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, de 18 de dezembro de 2018. No Anexo 3, as operações intraorçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para atendimento dos Decretos Legislativo Estadual nº 02 e nº 112, de 20 de março de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente, e do Decreto Estadual nº 658, de 1º de abril de 2020, foi incluído neste Relatório tabelas que demonstram as autorizações e execuções de despesas orçamentárias relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública estadual, de repercussão e importância nacional e internacional decorrente de pandemia.

Estas informações estão disponíveis na Internet "http://www.sefa.pa.gov.br/" (Contabilidade Geral do Estado – Relatório Resumido da Execução Orçamentária).

PAULO ROBERTO PAIVA DE OLIVEIRA
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal
De acordo,
LOURIVAL DE BARROS BARBALHO JUNIOR
Secretário Adjunto do Tesouro de Estado da Fazenda

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO								
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
JANEIRO A DEZEMBRO 2021 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO								
RRRO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								
RECEITAS¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)	RS 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (1)	29.617.153.906,00	33.677.955.622,25	6.651.427.532,38	19,75	33.727.660.625,09	100,15	-49.705.002,84	
RECEITAS CORRENTES	26.585.099.010,00	32.641.868.326,25	6.378.260.504,76	19,54	33.128.772.481,41	101,49	-486.904.155,16	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.672.986.512,00	18.768.144.168,66	3.357.412.987,45	17,89	18.081.528.923,30	96,34	686.615.245,36	
Impostos	14.358.406.976,00	17.450.900.528,66	3.096.639.266,72	17,74	16.707.706.970,32	95,74	743.193.558,34	
Taxas	1.314.579.536,00	1.317.243.640,00	260.773.720,73	19,80	1.373.821.952,98	104,30	-56.578.312,98	
Contribuição de Melhoria								
CONTRIBUIÇÕES	1.402.380.833,00	1.431.921.331,00	212.020.308,97	14,81	1.151.731.498,55	80,43	280.189.832,45	
Contribuições Sociais	1.402.380.833,00	1.431.921.331,00	212.020.308,97	14,81	1.151.731.498,55	80,43	280.189.832,45	
Contribuições Econômicas								
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional								
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública								
RECEITA PATRIMONIAL	671.203.244,00	673.231.887,98	198.368.410,29	29,47	572.461.501,70	85,03	100.770.386,28	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15.247.505,00	15.247.505,00	1.650.390,62	10,82	15.368.473,94	100,79	-120.968,94	
Valores Mobiliários	649.335.285,00	651.363.828,98	193.567.428,86	29,72	531.514.527,69	81,60	119.849.301,29	
Delegação de Serv Púb Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença								
Exploração de Recursos Naturais	6.620.554,00	6.620.554,00	3.056.072,82	46,16	24.994.564,41	377,53	-18.374.010,41	
Exploração do Patrimônio Intangível								
Cessão de Direitos			94.517,99		583.935,66		-583.935,66	
Demaís Receitas Patrimoniais								
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.121.795,00	1.699.353,36	566,40	0,03	14.709,58	0,87	1.684.643,78	
RECEITA INDUSTRIAL	17.213.588,00	17.213.588,00	1.218.238,48	7,08	9.522.520,44	55,32	7.691.067,56	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.152.891.622,00	1.152.891.622,00	158.319.725,54	13,73	946.304.082,30	82,08	206.587.539,70	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	88.161.492,00	88.161.492,00	12.015.620,67	13,63	84.970.115,12	96,38	3.191.376,88	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte								
Serviços e Atividades referentes à Saúde	1.045.900.680,00	1.045.900.680,00	144.928.384,48	13,86	856.201.389,78	81,86	189.699.290,22	
Serviços e Atividades Financeiras								
Outros Serviços	18.829.450,00	18.829.450,00	1.375.720,39	7,31	5.132.577,40	27,26	13.696.872,60	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.173.551.471,00	10.101.667.595,80	2.433.701.945,52	24,09	11.884.662.598,54	117,65	-1.782.995.002,74	
Transferências da União e de suas Entidades	7.787.134.263,00	8.324.974.775,17	1.952.467.525,49	23,45	9.971.552.903,61	119,78	-1.646.578.128,44	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades								
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.903.820,00	1.903.820,00	270.882,43	14,23	3.944.311,62	207,18	-2.040.491,62	
Transferências de Instituições Privadas	6.350.277,00	6.350.277,00	144.130.665,31	2.269,68	146.014.540,09	2.299,34	-139.664.263,09	
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.378.163.111,00	1.768.438.723,63	336.832.872,29	19,05	1.763.150.843,22	99,70	5.287.880,41	
Transferências do Exterior								
Transferências de Pessoas Físicas								
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados								
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	493.749.845,00	495.098.779,45	17.218.322,11	3,48	482.546.647,00	97,46	12.552.132,45	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	38.094.477,00	38.094.477,00	438.792,99	1,15	2.565.741,02	6,74	35.528.735,98	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.340.350,00	20.340.350,00	10.774.727,87	52,97	33.390.946,45	164,16	-13.050.596,45	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público								
Demaís Receitas Correntes	435.315.018,00	436.663.952,45	6.004.801,25	1,38	446.589.957,53	102,27	-9.926.005,08	
RECEITAS DE CAPITAL	1.032.054.896,00	1.036.087.296,00	273.167.027,62	26,37	598.888.143,68	57,80	437.199.152,32	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	928.404.076,00	928.404.076,00	246.998.908,81	26,60	598.276.716,94	54,86	419.127.359,06	
Operações de Crédito - Mercado Interno	436.713.548,00	436.713.548,00	68.813.135,59	15,76	177.550.000,18	40,66	259.163.547,82	
Operações de Crédito - Mercado Externo	491.690.528,00	491.690.528,00	178.185.773,22	36,24	331.726.716,76	67,47	159.963.811,24	
ALIENAÇÃO DE BENS	18.998.012,00	18.998.012,00	2.352.522,64	12,38	12.756.731,33	67,15	6.241.280,67	
Alienação de Bens Móveis	525.000,00	525.000,00	448.700,00	85,47	2.083.595,00	396,88	-1.558.595,00	
Alienação de Bens Imóveis	18.473.012,00	18.473.012,00	1.903.822,64	10,31	10.673.136,33	57,78	7.799.875,67	
Alienação de Bens Intangíveis								
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	10.950.921,00	10.950.921,00	12.982.348,48	118,55	38.316.984,88	349,90	-27.366.063,88	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73.701.887,00	77.734.287,00	10.833.247,69	13,94	38.537.710,53	49,58	39.196.576,47	
Transferências da União e de suas Entidades	70.587.424,00	74.619.824,00	9.710.686,47	13,01	37.415.149,31	50,14	37.204.674,69	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades								
Transferências dos Municípios e de suas Entidades								
Transferências de Instituições Privadas	3.114.463,00	3.114.463,00	1.122.561,22		1.122.561,22		-1.122.561,22	
Transferências de Outras Instituições Públicas				0,00		0,00	3.114.463,00	
Transferências do Exterior								